

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO.

¹Elisângela Matos Oliveira de Souza ; ²Ana Luiza Barcelos Ribeiro; ³ Bianca Pires André,
⁴ Nadir Francisca Sant'Anna;

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Mediadora na rede privada em Campos dos Goytacazes,
elisangela.uffcampos@gmail.com;

²Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Professora da UNESA, FAMESC e de Sala de Recursos na rede pública de Campos dos Goytacazes, analuzabarcelos32@yahoo.com.br ;

³ Doutora em Educação, Professora do Programa de Cognição e Linguagem da UENF, Orientadora da Pós Graduação em Cognição e Linguagem – UENF, biankapires@gmail.com;

⁴ Doutora em Ciências, Professora do Programa de Cognição e Linguagem da UENF, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil e Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro, Brasil. nadirsantanna@yahoo.com.br

Resumo: A inclusão escolar tem sido um tema bastante recorrente no âmbito legal e conseqüentemente na formação dos professores em decorrência do aumento do número de alunos com deficiência nas classes regulares. Neste novo processo surge o papel do mediador como a ponte entre a família e a escola, entre o aluno e o conhecimento, um professor para auxiliar ao aluno com deficiência em suas especificidades. Muitas pesquisas relatam sobre o despreparo do professor para atender a diversidade e ainda do incomodo ao receber outro professor em sua sala o que aponta para a formação docente como fator preponderante para a definição dos papéis e para o processo de ensino aprendizagem capaz de atender a todos os alunos indiscriminadamente. Com o objetivo de refletir sobre a formação docente para receber o mediador e para ser um professor mediador utilizou-se da pesquisa bibliográfica para atender a estes fins. Conclui-se que a formação docente é essencial no processo inclusivo e a mesma deve ser contínua, visto que cada aluno é único em suas características e potencialidades.

Palavras-chave: Formação docente, mediação escolar, inclusão escolar.

Introdução

A Educação, segundo Libâneo (2002), se associa por meio de interação entre os sujeitos através de seus saberes, práticas, habilidades. Sendo assim, as crianças vão aprendendo o tempo todo novos conhecimentos, e diante de suas vivências em um ambiente culturalmente organizado, ela é capaz de aprender coisas novas e assimilá-las todos os dias.

Com o avanço dos debates e Leis sobre a inclusão, surgiu um novo modelo de educação inclusiva que insere os alunos com necessidades especiais para junto dos demais, realizando uma interlocução desses alunos não apenas com os colegas, mas com os professores e demais profissionais.

Esse novo modelo contrapõe-se ao modelo existente nos anos 70 onde não havia nem sequer integração física dos alunos com necessidades especiais que eram colocados separados, e não tinham contato sequer com os alunos considerados “normais”, bem como haviam currículos separados, e equipes distintas de profissionais também.

Sendo assim, dentro desta perspectiva, os educadores defendem que para que haja integração entre os alunos com deficiência com os demais, é necessário inseri-los em uma classe regular e que esta integração seja encarada de forma totalmente positiva.

De acordo com Voetz (in Saint-Laurent, 1989) a escola e a comunidade são fundamentais para as crianças com necessidades especiais severa, pois é no convívio com as demais crianças na escola, comunidade e família que elas desenvolverão suas habilidades e no futuro terão maior segurança e autonomia.

Diante do contexto atual e da realidade vivenciada nas escolas da rede regular hoje, observou-se a necessidade de uma reestruturação, principalmente no que concerne às metodologias aplicadas no ensino, principalmente nas utilizadas na chamada educação inclusiva. Esses dados foram surgindo a partir dos anos 90 (UNESCO apud Mendes, 2001).

Isso se deu porque os processos educacionais que estão sendo aplicados nas escolas, não têm sido suficientes quando relacionados às condições de aprendizagem da sociedade, a qual possui a necessidade de independência na busca de informações e construção do conhecimento.

Outro fato que se dá, é o estudo individual, com cada aluno. Deve-se elaborar uma análise detalhada e escuta aprofundada de suas necessidades, para, a partir daí, ir optando pelos recursos que melhor respondem a essas necessidades. Diante desse novo cenário, constata-se então que a formação dos professores é um componente fundamental para uma educação inclusiva (GALVÃO FILHO, 2009).

A partir da Convenção de Salamanca a mediação para as crianças com necessidades especiais se tornou mais frequente, e as crianças de toda parte passaram então a ser incluídas nas classes regulares de ensino. Diante desta nova realidade, surgiu a figura do mediador escolar, que no Brasil, em torno dos anos 2000, mas que não era regulamentado por Lei. Este profissional era tido como profissional de apoio e foi regulamentado pela Lei 13.146, art. 28: “oferta de profissionais de apoio escolar” (...). *Diante dessa nova realidade, ficou estabelecido que para alunos que não são capazes de realizar suas tarefas tenha mediador escolar, que foi inserido na sala de aula com a*

proposta de ser um aliado do professor para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais, e que saibam trabalhar com as diferenças desses alunos, considerando suas especificidades ou limitações.

Sobre esse aspecto, a Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, na Espanha, 1994), aponta a flexibilidade de estudo e a questão do atendimento complementar no que diz respeito aos fatores escolares:

Os programas de estudo devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem as crianças com capacidades e interesses diferentes. (Declaração de Salamanca, 1994, p 33)

Ainda de acordo com a referida declaração:

...aos alunos com necessidades educativas especiais deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo...

Sobre uma escola diferenciada, considerando as possibilidades e limitações de cada aluno no processo de construção do conhecimento, Padilha (2001, p. 135) afirma:

...vencer as barreiras de sua deficiência, expandir possibilidades, diminuir limites, encontrar saídas para estar no mundo. Isto leva a pensar no modo pelo qual deve-se avaliar os alunos com deficiência intelectual, que deveria ser individualizado, aceitando suas possibilidades, e não os erros, vendo como ser único e que terá seus resultados de acordo com suas limitações.

O surgimento de novas demandas referentes às práticas de leitura e escrita trouxeram outras metodologias de ensino, ampliando-as para o mundo. Isso se deu para que, nesse sentido, houvesse também a chamada “ruptura” com as práticas tradicionais de ensino/aprendizagem, Paulo Freire, em 1981 trouxe uma proposta para o Congresso Brasileiro de leitura em Campinas a necessidade da ampliação e de uma “*compreensão mais crítica da leitura que*”... segundo ele... “*fosse além da decodificação escrita*”.

Freire (1986) afirmou ainda que “*o adolescente deve aprender com o mundo, e nesse aprendizado, aprender com a escrita...*” Sendo assim, o que buscou-se com as chamadas inserções dos alunos com necessidades especiais nas escolas, foi a ampliação das práticas de leitura e de escrita, e tirá-las de um cenário individual (de cada aluno) e torná-la uma prática social.

Formação docente e inclusão escolar

Uma escola que atenda às necessidades de todos indiscriminadamente tornou-se uma emergência, havendo a necessidade de minimizar a discriminação e o preconceito, pois cada um tem o direito de ter o seu espaço e esse direito educacional é reforçado pela Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação brasileira, que situa no cap.V, art.58, que a educação especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” e no art.59, que os sistemas de ensino assegurarão a tais “educandos” currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

Todos os esforços devem ser centralizados em prol de atender a estas necessidades, que não se restringe a limitações arquitetônicas ou estruturais que também são essenciais, mas limitações na formação dos profissionais envolvidos, limitação do próprio desejo de fazer diferente do que aprendeu.

Observando o artigo 59 da LDB 9394/ 96 as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) explicam que são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Mantoan (2006) afirma que os currículos dos cursos de formação precisam sofrer alterações para que os professores aprendam a lidar com a diversidade, “a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino” (Manton, 2006, p.55).

Ao pensar na formação docente que favoreça a inclusão escolar, a Secretaria de Educação Especial, vem publicando diversos livros e textos que servem como base para as escolas e para os professores alcançarem essas

mudanças que ainda são necessárias. Para a formação continuada de gestores e professores em 2005 foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura o livro intitulado Educar para a Diversidade, enquanto que em 2006 publicou uma coletânea de artigos nomeados Experiências Educacionais Inclusivas e, também foram publicados Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem, que aborda as dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento nas deficiências física, visual, auditiva e múltipla.

Discorrendo sobre a prática do professor, Mendes (2002, p.79) afirma que “o professor da classe comum deve assumir a responsabilidade pela educação de todos os seus alunos, tentando todas as estratégias de ensino necessárias e possíveis antes de enviar qualquer aluno para um programa mais segregado do que especial”.

A parceria do professor regular com o professor do Atendimento Educacional Especializado/AEE se faz necessário para que ocorra a aprendizagem, visto que o professor do AEE possui o conhecimento técnico sobre aquela deficiência e o professor da classe regular possui a vivência com aquele aluno, sabe suas limitações e potencialidades por isso o trabalho deve ser realizado em conjunto.

Mendes ainda destaca que:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227)

Para se obter sucesso na inclusão escolar os professores devem estar capacitados para atender a essa diversidade e que se tenha melhores condições de trabalho, condições para fazer as adaptações físicas e materiais, assim como a oferta de formação continuada.

Bueno (1999) aponta que a construção efetiva de uma educação inclusiva, envolve, pelo menos dois tipos de formação profissional:

- Dos professores do ensino regular com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos alunos com “necessidades educativas especiais” e,
- Dos professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja para atendimento direto a essa população, seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos. (Bueno, 1999, p. 14)

A formação do professor não deve ser diferenciada para o ensino regular e para a educação inclusiva ou especial, ela deve preparar a todos os professores para trabalhar com a diversidade, um professor reflexivo de sua prática assim como acrescenta Carvalho (2003, p.169):

Pensar na formação de professores não se deve ficar resumida a métodos de ensino, num pragmatismo que desconsidera a teoria e desvaloriza inclusive a construção de teorias, a partir da própria prática. Mas para esta construção, além da bagagem teórica, o professor necessita estimular sua capacidade crítica e reflexiva, para se perceber e agir como pesquisador.

A formação do professor se faz necessária para que ao se deparar com a diversidade esteja preparado para reformular sua prática e consolidar uma prática inclusiva, uma prática voltada para a aprendizagem significativa que só pode ser construída a partir da mediação.

Formação docente para a mediação

Para que o aluno se desenvolva criticamente, reflexivamente se faz necessária a mediação professor/ aluno, onde o mesmo estabelece uma ponte, um elo entre o conteúdo e o a aprendizagem, assim como afirma Libâneo (1994, p.88):

O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo.

A mediação neste sentido deve ser estabelecida com todos os alunos para que ocorra a aprendizagem. Corroborando com Libâneo, Bulgraen nos diz que:

Sem dúvida, o professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador. (BULGRAEN, 2010, p. 31)

Com o aumento da matrícula de alunos com deficiência gerou uma nova demanda que fez a escola buscar alternativas, fazendo com que o trabalho docente envolva muitos profissionais

[...]alguns especializados e outros não; alguns que são do ensino regular e oferecem atendimento educacional nas salas de aula, com ou sem a presença de outro professor, com ou sem o suporte de especialistas; outros que trabalham em escolas e classes especiais, específicas para

determinados alunos, porque se especializaram naquela área de manifestação da deficiência. (CARVALHO, 2008, p.23)

Carvalho aponta para a diversidade do trabalho docente, da necessidade de uma formação que possa atender as especificidades de todos os alunos. A mediação entre o ensino e a aprendizagem deve ser considerada como um pressuposto para a formação docente, mas em turmas com grande número de alunos e com alunos com deficiência aparece neste cenário um outro tipo de “mediação”, onde a palavra “mediador” faz menção aquele que acompanha a criança com deficiência que está incluída em sala de aula regular, é aquele que atua como ponte entre escola e família, auxiliando, facilitando e motivando a aprendizagem.

Em contrapartida, em algumas escolas, essa nova prática pedagógica pode causar um estranhamento entre os docentes, conforme explica Mittler (apud Cunha & Siebert, 2009)

A presença de um segundo adulto na sala de aula é uma experiência nova para a maioria dos professores nas escolas regulares e para a qual talvez esses profissionais não estejam preparados [...] pode ser, no mínimo desconcertante, criar desequilíbrio para o professor. (MITLER apud CUNHA & SIEBERT, 2009, p. 2156)

Para minimizar esse incômodo se faz necessário uma formação de qualidade, onde o professor regular tenha certeza de suas ações, saiba lidar com as diferenças e principalmente que perceba o mediador com um agente colaborador, como um facilitador não apenas para o aluno, mas para o desenvolvimento do seu trabalho que é de ensinar a todos os alunos. Assim a formação também é importante para o mediador saber identificar qual é o seu papel neste processo.

Adaptação da Escola às necessidades dos Alunos

Nos anos 90 surgiram pesquisas que demonstraram a necessidade de uma reestruturação na escola, principalmente no que concerne à educação inclusiva. Segundo Mantoan (1993), o índice de deficientes que evade das escolas regulares é muito alto, tendo em vista a dificuldade que estas instituições encontram para passar da fase da integração para a de inclusão destes alunos.

Em 1997, Mantoan, deixou claro que para que haja inclusão, não basta adaptar fisicamente a escola. Faz-se necessária a utilização de novas metodologias de ensino e aprendizagem, adaptação curricular e de avaliação, mudanças de hábito e capacitação dos professores. Em suma, é preciso romper com as chamadas “práticas conservadoras” de ensino, buscando atender a necessidade de cada aluno.

Na década de 80, os educadores se viram diante da necessidade de adaptação dos alunos com necessidades especiais ao sistema, pois estes, eram amparados pelas leis das pessoas com deficiência que estavam surgindo e amparados também pela própria Constituição Federal de 1988.

De acordo com a CF/88, no que tange a educação especial: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p.34), representando assim um grande avanço no que concerne a educação inclusiva em nosso país, garantindo aos alunos que dela necessitarem pleno acesso na rede regular de ensino.

Para compreendermos melhor a necessidade do mediador em sala de aula, iremos elencar o conceito de “mediação” do ponto de vista jurídico: De acordo com Vezzulla (1998),

...mediação é a técnica privada de solução de conflitos que vem demonstrando, no mundo, sua grande eficiência nos conflitos interpessoais, pois com ela, são as próprias partes que acham as soluções. O mediador somente as ajuda procurá-las, introduzindo, com suas técnicas, os critérios e os raciocínios que lhes permitirão um entendimento melhor... (VEZZULLA, 1998, p.15 e 16)

No Brasil, a idéia da mediação escolar surgiu em 2000, em um projeto criado pela ONG “Viva Rio” que visava atender as escolas públicas do Rio de Janeiro. Tivemos também uma outra experiência inovadora de mediação escolar na periferia do Distrito Federal, onde havia uma escola pública em que os alunos “esfaqueavam” uns aos outros, quebravam as carteiras, e a turma era considerada incontrolável. Uma professora da escola, utilizou técnicas de mediação como forma de minimizar os conflitos, trazer harmonia e transformou os próprios alunos em mediadores, pegando o potencial de liderança de cada um, com o objetivo de criar uma escola pacificada e fazer dela um ambiente propício para os estudos, educando os cidadãos para a vida tornando-os atores e sujeitos de sua própria história.

Já Vigotsky (1987), define a mediação como processo em que dois indivíduos necessitam da intervenção de um terceiro, estabelecendo assim uma “tríade” na relação, que por sua vez não será direta, e sim, mediada. Sendo assim, a relação entre esse indivíduo e o meio em que ele está inserido, será cercada de instrumentos, signos e significados, e haverá a troca entre os mesmos. Em se tratando de mediação escolar, por exemplo, a presença do mediador poderá ou contribuir para a evolução dessa

criança através de signos e linguagens.

Nas relações sociais, a mediação será utilizada para oferecer à criança, alternativas e propostas de socialização e interação com o meio em que vivem, possibilitando posteriormente a independência dessa criança e a possibilidade do desenvolvimento dela nos diferentes espaços de convívio, assim como em suas atividades cotidianas.

Cabe ressaltar também que o processo de aprendizagem de cada indivíduo é diferente, a forma de compreensão de cada criança com necessidades especiais é diferenciada, e que é necessário que a equipe multidisciplinar e pedagógica, façam um Plano educacional individualizado (PEI), sempre levando em consideração as particularidades de cada aluno.

Outro aspecto que devemos considerar é que o desenvolvimento de cada criança depende também do meio familiar e do meio externo, que não somente o mediador vai influenciar no progresso do aluno, mas os demais alunos, a família, e os amigos também serão fundamentais no cotidiano dessa criança.

Ainda sobre adequação e adaptações necessárias para o desenvolvimento do aluno, os Parâmetros Curriculares Nacionais, reforçaram que:

Estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizarão adequar as ações educativas às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender a diversificação de necessidades dos alunos na escola. (BRASIL, 1997).

Por isso é fundamental a relação entre os principais envolvidos (mediador-criança-professor – pais) de maneira com que estejam sempre em parceria, dialogando sobre os avanços e retrocessos do aluno, seus limites e potencialidades. O mediador, por ser o indivíduo que passa a maior parte do tempo com essa criança, é uma peça fundamental que contribuirá de forma significativa para a elaboração de relatórios, atividades e fará a ponte com a família, terapeutas e professores.

A mediação escolar surgiu após várias reivindicações de que as crianças com necessidades especiais pudessem ter direito a uma pessoa que as acompanhassem em suas atividades. Após muitos questionamentos de pais, ações judiciais, entre outros, as famílias acionaram a justiça com o objetivo de solicitar esse mediador. Deve-se compreender e respeitar os limites de cada criança e/ou indivíduo, principalmente por ele apresentar limitações de aprendizagem e o seu desenvolvimento cognitivo diferente das crianças consideradas normais.

Desta forma, o mediador estando por perto, pode aplicar atividades lúdicas, estimular a socialização da criança junto as demais da classe, assim como proporcionar a criança uma oportunidade de desenvolver-se posteriormente com autonomia e independência.

As crianças que são acompanhadas por um mediador sentem-se mais seguras, protegidas e com o decorrer do tempo vêm nele uma pessoa que pode confiar e apoiar-se caso tenha dificuldades.

O papel do mediador na escola

Dentre as atribuições do mediador, podemos destacar que ele não apenas será o facilitador no processo de ensino aprendizagem, mas também atuará como ponte na comunicação entre pais e a escola.

No caso das crianças com necessidades especiais, eles poderão acompanhar a criança desde suas atividades pessoais, como ida ao banheiro, auxílio no horário do lanche, lavar as mãos, principalmente, preparando a criança para posteriormente realizarem essas atividades com independência e autonomia. Nas atividades práticas como musicalização, educação física, psicomotricidade, considerando sempre as especificidades de cada uma.

Na sala de aula, os mediadores, junto ao professor regente, aplicam atividades adaptadas e mostram às crianças a literatura, contribuindo principalmente para que o professor regente da turma explique as tarefas com tranquilidade. Sendo assim, o mediador deve ser considerado como profissional auxiliar no desenvolvimento da criança, e não como o professor principal dela.

De acordo com a Associação Brasileira de Psicopedagogia (2000), o mediador deverá também oportunizar o aluno a realizar a interpretação do ambiente, sempre pontuando os aspectos positivos e negativos, permitindo que esse aluno tenha a compreensão destes e que também saiba conviver com algumas situações e regras. Elencamos algumas dessas situações e como os mediadores podem atuar na resolução destas situações:

□ **Dificuldade motora geral e acessibilidade:** alunos com limitações motoras, mesmo com acessórios que facilitem a locomoção ou digitação, por exemplo, podem necessitar, pelo menos num período de adaptação, de mediadores escolares. A implementação de muitos recursos só é possível com este auxílio individualizado. Adaptações de material também podem ser uma constante;

- **Dificuldades comportamentais importantes:** determinados comportamentos, sobretudo agressivos, podem colocar em risco a integridade do próprio aluno, bem como de seus colegas. Neste caso, o mediador escolar pode favorecer interações saudáveis e, quando necessário, intervir em comportamentos que possam prejudicar alguém no ambiente escolar;

- **Dificuldades de concentração e impulsividade:** uma criança com déficit de atenção importante pode precisar de um profissional que possa mediar sua atenção e ensiná-lo a se auto-regular no tempo, com seus materiais, facilitando assim a organização da criança, o planejamento de atividades e a antecipação das possíveis reações, como controle da impulsividade, eventualmente;

- **Dificuldades de leitura:** Nestes casos, o mediador ajuda os estudantes a rever informações sobre trabalhos ou relatórios, aulas de revisão de classe. Compartilha leituras, para que não haja sobrecarga na tarefa. Organiza a produção da escrita, quando a dificuldade prejudica muito a expressão de seus pensamentos. Seguindo a orientação do professor de turma, busca antecipar situações oferecendo outros recursos (vídeos, fotos, experiências), para que estes não dependam exclusivamente da leitura, criando experiências diferenciadas sobre os mais variados assuntos. Adaptações de materiais podem ser importantes também. Além disso, o mediador pode aproveitar diversas situações do cotidiano escolar para estimular as habilidades necessárias para alfabetização;

- **Dificuldades no ensino fundamental II e ensino médio:** nesta etapa escolar, o mediador muitas vezes se especializa em um assunto específico, como o Inglês ou Ciências. Ele é muitas vezes responsável por projetos especiais e pelo preparo de materiais e equipamentos específicos para determinadas disciplinas ou conteúdos;

- **Dificuldades na comunicação e interação:** A estimulação de linguagem e da interação no ambiente privilegiado da escola visa não somente estimular a fala, como também tem o objetivo de desenvolver e promover a competência comunicativa e interacional. Comumente, este tipo de abordagem produz um efeito no comportamento geral, uma vez que o desenvolvimento da comunicação favorece as relações, bem como a organização do mesmo.

Diante do cenário existente hoje no Brasil, é necessário que sejam revistas políticas públicas de educação inclusiva, pois o que temos observado é um número cada vez maior de crianças e adolescentes com necessidades especiais se afastando da escola e, a educação ao invés de ser considerada inclusiva, está excluindo esses alunos.

Os educadores também estão buscando alternativas próprias para “sua sobrevivência” dentro das escolas, se apropriando de ferramentas de educação inclusiva de forma independente, pois não há “apoio” do Estado principalmente no que se refere à capacitação desses indivíduos.

Cabe ao Estado, propor cursos de formação de professores e capacitações que contemplem a todas as escolas, que atendam de forma clara e precisa esses educadores, e que seja definida uma política educacional que abarque as necessidades reais dos alunos com necessidades especiais.

Conclusão:

Diante do exposto, percebemos que, na educação inclusiva, cada sujeito é único, possuindo suas singularidades, particularidades. Todos os envolvidos no processo de desenvolvimento e aprendizagem desse aluno, sejam os pais, professores, equipe multidisciplinar e mediadores, deverão se aliar em benefício do educando. Deverão trocar experiências, realizar atividades propositivas que possibilitem o desenvolvimento pleno da criança, suprimindo suas necessidades de forma integral.

As metodologias e práticas de ensino, principalmente no que concerne as crianças com limitações e necessidades educacionais especiais devem ser criativas, abertas sempre às novas possibilidades, deixando para trás qualquer tipo de prática engessada e conservadora.

O projeto pedagógico da escola deverá ser flexível, deixando sempre abertas novas propostas metodológicas e possibilidades.

O mediador deverá ser capaz de criar situações e criar também condições para que as potencialidades da criança sejam exploradas ao máximo, pontuando dificuldades, trocando experiências facilitando o desenvolvimento deste aluno.

Ainda que a figura do mediador seja assegurada por lei, ela ainda não é compreendida nas escolas e não tem a regulamentação da profissão, o que dificulta ainda mais a inserção deles nas escolas. A bibliografia sobre o tema ainda é incipiente, bem como, pesquisas desenvolvidas nas escolas públicas e privadas, o que torna os desafios ainda maiores principalmente no que diz respeito ao

importante papel dos mediadores nesses espaços.

Com base da evidente importância do mediador e a visão real de seu papel dentro do contexto escolar, esperamos que este trabalho possa contribuir para futuras reflexões e questionamentos além de servir de estímulo à pesquisa na área.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Psicopedagogia avanços teóricos e práticos: escola, família, aprendizagem.** São Paulo: Vetor, 2000.

BONILLA, M.H. "A presença da cultura digital no GT Educação e Comunicação da ANPEd." Revista Teias 13.30, 2012: 23-pgs.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília/DF, 2001.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.** Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, consultado em 25 de setembro de 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUENO, J. G. da S. **Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: UNIMEP, v.3, nº.5, 1999.

BULGRAEN, V.C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento.** Revista Conteúdo. Capivari: v. 1 n.4, 2010.

CARVALHO, R. E. **Cartografia do trabalho docente na Educação Inclusiva.** Revista @mbienteeducação, v.1, n.2, p.2-30, 2008.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem.** 3ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CUNHA, C.M & SIEBERT, E.C. **Bidocência: Inclusão ou exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?** Anais IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro, PUC/PR, 2009.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo.** São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. . **Coleção polêmicas do bem-te-vi.** Congresso Brasileiro de Leitura, Campinas: Cortez, 1981.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Coleção **Educação e mudança** vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALVÃO FILHO, T. et al. **Conceituação e estudo de normas**. In: **BRASIL, Tecnologia Assistiva**. Brasília: CAT/SEDH/PR, 2009, p. 13-39.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MANTOAN, M.T.E. **"Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos."** Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade-LEPED/UNICAMP. Campinas: 1993.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo: Moderna. 2006

MENDES, E. G. **Construindo um "lôcus" de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). **Escola Inclusiva**. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p.61-86.

MENDES, E. G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, E. S. C. F. (Org.) **Escola Inclusiva**. São Carlos: EduFSCar, 2002. p. 61-85.

PADILHA, P. R. **Relação Pedagógica na Sala de Aula**. Artigo. In: **Anais Seminário de Educação: Transversalidade no espaço escolar**. 2001.

SAINT-LAURENT, L. **Integracion scolaire au primaire dès élèves présentant une déficience intellectuelle moyenne** In: **Apprentissage et Socialisation**, V.12, n.3, Québec, Université Laval, 1989.

VEZZULLA, J. C. **Teoria e prática da mediação**. Curitiba: Instituto de mediação e arbitragem do Brasil, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.